

NARRATIVA BRASILEIRA DOS ANOS 70 E 80: FICÇÃO, ALEGORIA, NAÇÃO

Ilza Matias de Sousa
PpgEL / UFRN

Esta pesquisa impõe-se e justifica-se no âmbito de uma narratologia literária brasileira. Interessa-nos apreender e estabelecer o horizonte de uma “nova narração” em textos produzidos, no Brasil, entre as décadas de 70 e 80. Essa “nova narração” se prende à (des)construção da nação como problemática do ato narrativo. O que isso provoca, em face de uma literatura canônica e do discurso colonial fundador, pode configurar-se em operações autorais, textuais e narrativas cujos efeitos compoem uma “narrática” da nação. Compreendemos que a narração age sobre aquilo próprio que narra, entrelaça-se nas tramas simbólicas, nas economias imaginárias, e mostra um sujeito movente na busca dos vínculos de pertinência no mundo e na elaboração dos processos identitários e das diferenças culturais inscritos nas referências simbólicas da nação, país, família. Sabemos que esses aspectos representam verdadeiros dilemas na cultura e na sociedade contemporânea local e global. As pesquisas em literatura comparada demonstram a importância dessas discussões que passam a gravitar em torno da ficção e da narração literária, tomada esta como um outro modo de trabalhar a razão narrativa – que não a História – de projetos de escrever a nação para além de instinto de nacionalidade.

Este trabalho quer juntar-se a essas reflexões que ocupam o espaço acadêmico hoje, para interpelar tal razão narrativa, e guiada pelos “perplexos” das mencionadas décadas de 70 e 80 – Sérgio Sant’Anna, Osman Lins, João Ubaldo Ribeiro, Silviano Santiago, Clarice Lispector, Lya Luft (e outros autores a pesquisar) – seguir rumo a uma narrática da nação na literatura brasileira contemporânea, reconhecendo o desdobramento estilizado dos fragmentos, expondo um espaço crítico, superposto, embaralhado, uma narração ativa e faces narráticas que fazem das poéticas mais do que categorias convencionais e códigos fixados academicamente.

A narrativa brasileira produzida nas décadas de 70 e 80, com o estrangulamento das formas democráticas, pela ditadura militar, então instalada, parece-nos o cenário favorável e fecundo para se reinvestir na discussão da identidade nacional, na construção de significados de nacionalidade e na crise interpretativa que se sucede nos palcos e bastidores sócio-políticos e culturais do país. Crise que o contexto da globalização acirra e que se deriva da chamada falência das grandes narrativas de finalidades universalistas.

A interpretação do mundo homogênea e totalizadora não consegue encobrir os conflitos, a fluidez dos processos de identidade cultural e nacionalidade, que atravessam as simbologias, as construções de mitos, cujos sentidos são interpretados pela própria nação, pela língua e pela variação de falares. Trata-se, nesse aspecto, da necessidade de ser desconstituir o culto mesmo da nação. Indagá-la, colocando-se numa perspectiva em que os conceitos de modernismo, moderno, modernidade e pós-modernidade pós-moderno, pós-modernidade interagem, vinculam-se intimamente, dado que as profundas assimetrias na instauração dos projetos desses primeiros permitem assegurar que há expressões e feições que configuram modernidades tardias no Brasil (Cf. SOUZA, Eneida Maria de. org. 1998).

Isso significa introduzir o reinvestimento do discurso da nação numa concepção que supõe tempos diversos e simultâneos e espaços sociais liminares. Estou acompanhando-me das reflexões desenvolvidas por Bhabha (1998: 198 a 238) a respeito da disseminação, criando ele no próprio termo sua constituição alegórica (letras maiúsculas finais), como um ato performativo de narrar a nação, interpelando-se o conceito

pedagógico que a institucionaliza, sendo nesta instância, uma orientação temporal do espaço, uma organização temporal da identidade que busca reconstruir uma contínua descontinuidade.

O “corpus” analisado constante de 10 (dez) livros de autores de autores brasileiros, deve fazer aparecer o não-hegemônico (1). Dessa maneira, reflete situações e problemas de margens, considerando que a liminaridade é a condição emergencial daquilo que está encoberto nas narrativas (as grandes narrativas/ centralistas redentoras), que procuram construir a uniformidade, o caráter “central” da Nação.

As narrativas da nação e da identidade nacional em foco levam-nos a deparar com questionamentos apresentados por HOBBSAWM (1990): a nação é uma imagem fictícia de nossa era? Ou uma “criatura fictícia”? ALBROW (1999: 21). Numa leitura diacrônica, a nação é um fenômeno moderno, resposta do etnocentrismo comprometido com um único conhecimento da realidade social. Construção, realidade, ou ficção, a nação é contada pela narrativa histórica como uma ancoragem referencial. Tal registro aponta e alerta para os múltiplos usos da linguagem da nacionalidade e da representação da nação (ALBROW, 1999 : 27) – do discurso mais “neuro”, objetivo, aos discursos de subjetividade, biografias e autobiografias, por exemplo. Entidade simbólica complexa, a nação proporciona-nos inclusive um *modo de associar discursos especiais e pequenas narrativas em algo maior* (ALBROW, ib: 36).

Tomo como ensejo essa afirmação para passar ao questionamento de que os textos da literatura brasileira das décadas de 70 e 80 – marco de referência deste projeto – devam ser lidos como alegorias nacionais. Em outras palavras, que a nação seja origem da narratividade, diante dos fenômenos de dispersão e desterritorialização culturais contemporâneos.

Flora Süssekind em seu livro *Tal Brasil, qual romance* estabelece essa associação na esteira da teoria da alegoria que é concebida por Jameson (1995), fazendo disso um traço de menos valia na análise do que ela denomina por “romance-reportagem”, ou “romance-alegórico” na produção dessas décadas no Brasil. Efetivamente, nesse período a nação tornou-se uma representação fendida. Por entre fendas, apareciam locais “críticos” de cultura nacional: o do imigrante, o dos velhos, o dos negros, o da mulher, entre outros. E identidades parciais e plurais penetram, então, na “casa da arte e da ficção” (Bhabha).

O estudo de Flora Süssekind apresenta o romance-alegórico implicado na repetição da estética realista/naturalista do século XIX, como um atraso, em face a práticas literárias nacionais (internacionais) que se afirmavam pelo jogo hedonístico do signifiante, dissociando, portanto, formações ideológicas, de formas narrativas.

O que aquela autora não percebeu, a meu ver, é que o realismo/naturalismo, se presente, opera a inclusão (como um dispositivo) dos textos ficcionais de 70 e 80 na dimensão vernacular, na dimensão “indigenous” (2) da narrativa brasileira. Está-se diante de construções vernaculares, isto é, construções “que pertencem a um tipo que é comum numa dada área em uma dada época” (Ef. RABINOVICH, 1997: 6). A operação confere um efeito “naturalístico” que evidencia o confronto, ou a mistura dessa dimensão indigenous, original, em direção às versões da nação, às transformações temporais e espaciais da narrativa da nação, à reciclagem daquilo que parece a sua natureza realista/naturalista.

Intelectuais, artistas, poetas, escritores enfrentam uma situação catastrófica, de censura e cortes à “livre expressão”. Debruçam-se, falando benjaminianamente, sobre as ruínas da história. O tempo fecha. A pós- modernidade brasileira vive o seu luto pela perda da pátria amada, idolatrada, berço esplêndido, imagem adorável, mas pura abstração.

A produção ficcional de 70 e 80 experimenta o desânimo, a errância, o “exílio”. Inscreve-se como algo da ordem da melancolia na sua edição pós-moderna. Perdida a letra

da nação, a ficção brasileira dos anos 70 e 80 torna-se pós-significante. A narrativa vai-se desenrolar sem dar margem a que o significante da falta inscreva-se nos “corpus escritos”. Disso surge o investimento alegórico. Aí, faço a inserção da narrativa desse momento histórico – 70/80 – na alegoria, entendida como categoria fundamental da cultura contemporânea (Walter Benjamin, 1984).

Desse modo, o narrador ficcional das décadas de 70 e 80 comporta-se como um alegorista. Busca criar novos significados mediante um ato simultaneamente descontextualizador e recontextualizador. O procedimento alegórico instaura-se a partir do choque sócio-político, cultural e do que isso afeta na produção das subjetividades.

Alegorizar a nação é uma saída criadora. Abre vias de acesso à “maturidade” do narrador que, por amor, e na falta de utopias, narrativas salvacionistas, introjeta o conceito de nação para compreendê-lo. Volta-se para o que esteve sempre às margens, para o malogrado, o sofredor, o oprimido, o fracassado. A representação alegórica da nação procede, assim, de afinidades eletivas. O narrador elege a alegoria como forma de dizer o outro. Alegorizar a nação é a forma que o narrador encontra de “salvar” a coisa amada, reconstruí-la “com amor na própria língua”. Das ruínas do discurso da nação emerge o que estava em jogo no projeto coletivo dos modernistas: o ser nacional por abstração (SOUZA, 1999 : 129 – 142).

Narrar a nação passa a ser narrar o seu caráter efêmero, transitório. Narrar a nação significará narrar um enigma de múltiplas faces. O alegórico vive nas abstrações. Será o vivente narrático a disseMINAR sentidos de nação. O narrador brasileiro cumpre o seu destino de tra(duz)ir a nação, fiel ao seu mister de tecer sentidos.

A alegoria coloca em discurso políticas da escrita. Posições de leitor, autor, atos de intervenção crítica na constituição estética da comunidade (RANCIÈRE:1995). Suas experiências de tempo e espaço. Uma narrativa pensada a partir do propósito fundante da razão colonial. A alegoria dá margem a se desvendar as histórias/estórias ocultadas pelo esquecimento. A narrativa das décadas de 70/80 procura unir-se numa comunidade de “destino”, enlaçada pelo fio do sentimento da fraqueza dos oprimidos. Na pluralidade das versões, das desconstruções e construções, nas diversas escritas brasileiras e nas diversas leituras.

Notas:

(1) Os livros escolhidos observam os seguintes critérios:

- Produções dos anos 70/80 – narrativa brasileira, alegoria da nação.
- Narrativa pós- moderna e pós-significante: narrador alegorista cujo papel se assemelha ao de um semanticista buscando criar novos significados para o objeto alegórico – a nação.
- Pequenas narrativas ou relatos fragmentos em confronto com as grandes narrativas redentoras universais.
- Identidades plurais do sujeito cultural: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo: são regiões de referência nas obras e/ou biografias dos autores.

Este é o “ corpus ” literário recortado a partir do ponto de vista do alegorista:

1. CALLADO, Antônio. *A expedição Montaigne* . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
2. BAGNO, Marcos. *A invenção das boras* . São Paulo: Scipione, 1988.
3. GUIMARÃES, Josué. *Os tambores silenciosos* . 14ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.
4. LINS, Osman. *A rainha dos cárceres da Grécia* . São Paulo: Melhoramentos, 1976.
5. LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela* . Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

6. LUFT, Lya. *A asa esquerda do anjo* . 8ª ed. São Paulo: Siciliano, 1991.
7. MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
8. SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade: uma ficção de Silviano Santiago*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
9. SANT'ANNA, Sérgio. *A tragédia brasileira* . Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
10. TORRES, Antônio. *Essa terra* . 11ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

(2) “Indigenous” significando etimologicamente “ter nascido dentro”.